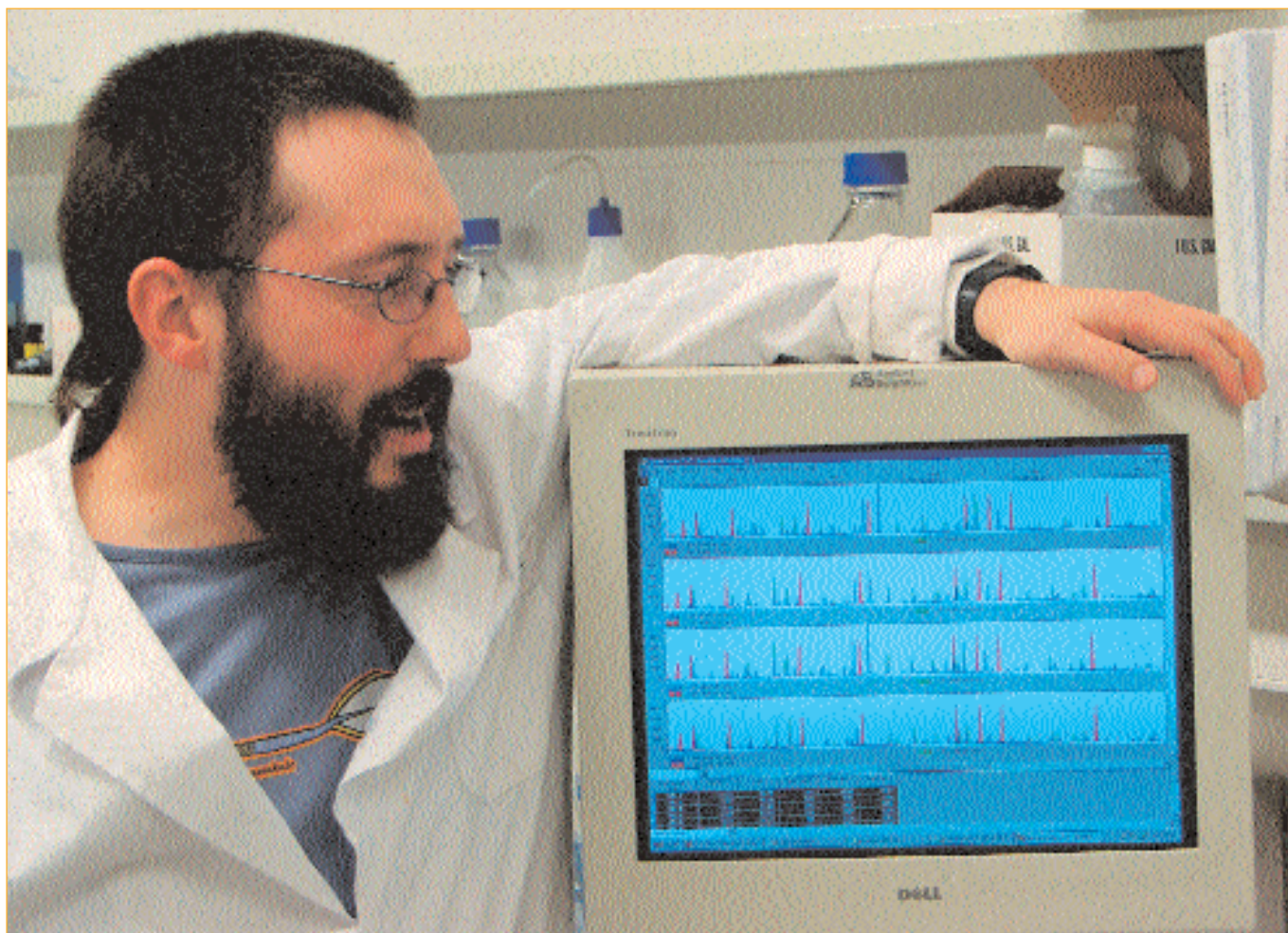


CONTINUIDADE OU CÁMBIO?

Celestino Quintela Sabarís



Celestino Quintela Sabarís, Coordinador Geral da FEG

A MUDANÇA DO SIGNO DO GOVERNO GALEGO

A mudança do signo do governo galego, há mais dum ano, abriu a possibilidade de reverter a situação ambiental galega. Situação que logo de case que duas décadas *populares* estava bem longe da sustentabilidade. Passado esse tempo, podemos dizer que muitas cousas mudáron, mas também é certo que se continuáron noutros ámbetos as linhas marcadas pola política conservadora.

Ao meu ver, a principal novidade é que a dia de hoje temos um governo mais permeável às demandas sociais, de jeito que a mobilização dumha cidadania organizada pode rematar co estrago ambiental na Galiza. A mala nova é que a dia de hoje a praxe de governo de BNG e PSOE nom amosa umha linha ambiental clara cara um modelo sustentável de desenvolvimento para o nosso país.

Estes dous feitos configuram umha realidade ambiental complexa onde, em

função do grau de mobilização ecológica e da sensibilidade ambiental da sociedade galega, som possíveis victórias para o ambiente, como a aprovação da ILP sobre os rios (agora resta

"os órganos de participación som apenas consultivos, ... e algúns nom cumprem com as suas normas de funcionamento"

ver a sua aplicação) ou a paralização do projecto de piscifactoria no Tourinhám da Rede Natura 2000; junto com grandes derrotas, como a construção de dous parques eólicos na Serra do Suído.

Sem entrar em feitos concretos, quereria sinalar que em maio de 2005, ADEGA, a CEMMA e a FEG apresentáron o documento *"Un programa para a*

terra"; nele, sinalavam-se diversas linhas e medidas para avançar cara a sustentabilidade no nosso país. Fazendo balance do que levamos de legislatura, e ainda que se tenham dado passos positivos, a maioria dessas propostas nom se figéron realidade.

MAS, QUE PASSOS DAR CARA A SUSTENTABILIDADE?

O conceito de sustentabilidade conleva casar aspectos socioeconómicos e ambientais, aplicando critérios de solidariedade intra e intergeracional, sendo a participação social outro pilar básico. Tendo em conta isto, e as múltiples fazes das problemáticas ambientais existentes em Galiza, o principal repto da nova administração, se realmente quere marcar a diferença com respecto ao governo anterior, é acadar a transversalidade da gestão ambiental, no senso de que exista umha planificação do desenvolvimento galego baseada em



critérios ambientais, e que a preocupação ambiental não atinja apenas a Conselharia do Ambiente, mas também a Conselharias com tanta capacidade de impactar no médio como as de Indústria, Política Territorial, Meio Rural...

A entrada em vigor da Lei de Avaliação Ambiental Estratégica de Planos e Programas é um passo adiante nessa transversalidade, e seria positivo que o governo galego não só aplicasse esta lei (que vem da UE) senão que se embarcasse em mudanças mais fondas da estrutura da administração.

Temos que exigir uma planificação do desenvolvimento desenhada com critérios de sustentabilidade, não podemos aceitar que, por exemplo, desde a Conselharia de Indústria se anuncie, na mesma linha que a antiga administração "popular", a adjudicação de 750 MW de eólicos sem que se tenha elaborado previamente um Plano Eólico

GARANTIR O CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO EXISTENTE

Por outra banda, existe um segundo capítulo pendente, que é garantir o cumprimento da legislação ambiental. Semelha que hoje em dia os problemas solucionam-se elaborando leis *ex professo*, quando em muitos casos a legislação existente já abunda; o problema é que até hoje ninguém se preocupou pelo seu estrito cumprimento. Nos últimos meses onde lume, vento, água e terra amosaram a sua força "*de súpeto*" (com retransa) decatámo-nos de que muitos cascos urbanos estavam construídos em zonas de asulagamento dos rios (ou sobre os próprios rios) ou que nos mon-

tes existiam multitude de pendellos que na realidade eram vivendas, ou que os rios galegos sofrem diariamente vertidos contaminantes de origem humana (alguém visitou a EDAR de Santiago de Compostela?) ou industrial.

Estas situações só foram possíveis graças a uma administração que se relaxou na sua vigilância do cumprimento das leis, bem porque carecia dos medios humanos e materiais para realizar com eficácia esta vigilância, ou bem porque em muitos casos não é popular denunciar e multar a pessoas ou entidades que incumprem a legislação ambiental, já que segue a existir a sensação de que um delito ambiental é menos delito que, por exemplo, ocultar cartos à Fazenda.

A PARTICIPAÇÃO SOCIAL COMO BASE PARA A SUSTENTABILIDADE

Na actualidade existem na administração galega vários órgãos de participação onde o ecologismo está presente: Conselho Galego de Medio Ambiente e Desenvolvimento Sostível (COGAMADES), Conselho Florestal de Galiza, Conselhos Provinciais e Galego de Caça e de Pesca, Juntas Reitoras de Parques Naturais, Junta de Governo de Águas de Galiza...

Pela sua composição, a capacidade de que o ecologismo possa influir nestes órgãos é baixa, o qual deveria ser uma motivação mais para o trabalho ambientalista de geração e transmissão de valores e atitudes positivas para o ambiente na sociedade galega. Por outra banda, estes órgãos são apenas consultivos, e em muitos casos são sim-

plesmente informativos, sem que se tivessem criado comissões de trabalho para debater temas concretos entre convocatória e convocatória. Aliás, alguns destes órgãos não cumprem com as suas normas de funcionamento, sobretudo no tocante à periodicidade das juntas: é o caso da Junta de Governo de Águas de Galiza, que não tem convocado nenhuma junta desde o ano 2002 (feito denunciado perante o Valedor do Povo pelo representante ecologista nesse órgão); ou o Conselho Florestal Galego, que também foi objecto dumha denúncia no Valedor do Povo depois de que passado case um ano não tivesse celebrado nenhuma junta.

Deberia-se realizar uma aposta para aproveitar ao máximo estes órgãos, convertendo-os em verdadeiros

"o principal repto da nova administração é acabar a transversalidade da gestão ambiental, no sentido de que exista uma planificação do desenvolvimento galego baseada em critérios ambientais"

foros de debate e participação para a sustentabilidade e cumprindo com a periodicidade das juntas. Aliás, a administração galega (tal e como faz a administração estatal) deveria considerar aos colectivos ecologistas como "parte interessada" no processo de avaliação ambiental, de jeito que recibamos os informes prévios de plans estratégicos ou de infraestruturas, de jeito que disponhamos, já desde as primeiras fases dos processos, da capacidade de opinar e colaborar no desenho dos mesmos.

CONCLUSOM

Para rematar, não quereria que o meu texto transmitisse uma sensação de negativismo. Penso que um dos papéis do ecologismo é sinalar quais são os problemas ambientais, propor alternativas e exigir que esses problemas se solucionem, e cumpre o trabalho e a pressão de todas para evitar que no governo galego, tal como sinalava Marcuse na sua análise da realidade política mundial nos anos 60, em lugar de alternativa exista apenas uma simples e triste alternância.